



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

541

HISTÓRIA POLÍTICA E FEMINISMO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO CARIRI PARAIBANO

Aristófanex Alexandre da Silva¹

Resumo: As transições políticas no Brasil em sua redemocratização levantaram questões pertinentes quanto à cidadania plena de igualdades, conduzindo à emancipação política feminina na Constituição de 1988, apoiada no art.5º, inciso I, e pela Lei nº 9.504/97, determinando cotas para as mulheres, com o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de ambos os sexos, esse procedimento mudaria teoricamente a ausência feminina nos processos eleitorais. Com base nas leis referendadas e com a pesquisa bibliográfica utilizando os escritos de Amaral, Butler, Foucault, Lopes, Pinheiro e Silva, a presente pesquisa visa o levantamento de dados a cerca das mudanças históricas e políticas ocorridas no Cariri Paraibano Ocidental, pontuada entre os períodos de 2002 a 2014, como marco da participação feminina nas eleições municipais e sua presença nas instituições legislativa e executiva.

Palavras-chave: Política. Participação Feminina. Cariri Paraibano.

INTRODUÇÃO

“Para mim a melhor campanha foi a primeira, eu sentia que o povo gostava de mim, que eles confiavam no trabalho, realmente me senti uma candidata, mas também entendia que não seria fácil, simplesmente por que sou mulher”(Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB)

Este trabalho nasceu da necessidade de uma compreensão mais detalhada a cerca dos fatos que levaram as mulheres a participarem de eleições municipais, com embasamento na formatação de suas conjecturas administrativas para seus respectivos mandatos. A pesquisa aqui apresentada é parte inicial do levantamento histórico político sobre o desenvolvimento da participação feminina no cariri paraibano, ela fomenta uma

¹ Graduado em História pela AESA – Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde, graduando em Ciências Sociais pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande. Projeto de pesquisa e extensão do núcleo de Ciências Sociais, CDSA, Orientador Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos, Doutor em Antropologia pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Coordenador e professor da UFCG/CDSA campus Sumé-PB. E-mail: obe.avalon@gmail.com

análise de dados tendo início nos municípios de Monteiro, Zabelê, o primeiro tendo sido escolhido por ser um dos municípios com maior tempo de emancipação política, 142 anos, e tendo, nos últimos 12 anos, participação efetivamente feminina em sua gestão, o segundo por ser o município mais jovem da região com 20 anos de emancipação e com a mesma característica. Apresentando também uma mulher como representante da gestão municipal, todos os dois dentro de períodos similares. Desta forma o objeto de estudo fica delimitado à compreensão destes aspectos em especial tendo como ponto de partida **o empoderamento no lastro administrativo e executivo formado essencialmente por mulheres escolhidas por mulheres.**

Para Pinheiro (2007) a presença feminina na política estaria ligada a uma negação à corrupção, e a esperança de que estas sejam mais honestas e éticas em relação ao *status quo* vigente nas administrações, esse pensamento é bem alicerçado na premissa de um posicionamento destas mulheres nos pleitos políticos, e explorados em sua maioria nos períodos de campanha. Levando em conta o exposto no objeto de estudo, questionamos: As mulheres realmente apresentam-se mais preparadas que os homens para ocupar cargos administrativos e executivos? Devemos considerar o questionamento levantado, não como uma disputa de conhecimento sobre causa em relação ao trabalho propriamente dito, mas como um aspecto construído dentro de uma especificidade de gênero e de cultura masculinizada.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O Levantamento dos dados foi desenvolvido a partir de pesquisas historiográficas sobre os gestores, além de especificar dentro desta trajetória municipal, a participação feminina nos pleitos políticos no decorrer da história destes municípios, além de dar maior enfoque às mulheres escolhidas para compor o corpo administrativo de suas gestões, esta posição analítica visa uma melhor compreensão a cerca das relações sociais entre a dicotomia homem/mulher inserida nas instituições e seu nível de envolvimento no poder. Essas ponderações foram levantadas com ajuda de questionários semiestruturados voltados aos gestores municipais, secretários administrativos, diretores de setor e funcionários municipais, sob o aspecto do trabalho feminino e sua posição enquanto administração. As gestoras entrevistadas se dispuseram a participar das entrevistas sem reservas, tendo seus nomes vinculados às citações existentes em suas entrevistas, porém, os funcionários públicos, não em sua totalidade, mas em sua maioria, não permitiram que seus nomes fossem vinculados às respostas, dessa forma para proteger a integridade dos entrevistados, entendendo a importância de suas respostas para o desenvolvimento da pesquisa, resolvemos utilizar nomes fictícios para estes casos.

O questionário foi elaborado para responder questões diretamente voltadas ao trabalho realizado pelas mulheres em cargos de confiança, mas também realizado entre os homens que trabalham nos respectivos setores, pontuando as características que revelassem a inserção das relações de poder quanto as influencias de gênero.

MULHERES ESCOLHENDO MULHERES

“[...] os soldados servem a mim, e a forma como servem a mim, refletem quem sou”. (Lord Cornwallis *apud* LUDDEN, 1993, p.125)

Se procurássemos definir a contemporaneidade, encontraríamos sérios problemas para fazê-lo, uma de suas características mais marcantes é a luta pela igualdade de gênero, a quebra de antigos paradigmas, a liberdade, a participação no poder e pelo poder das minorias colocadas a margem, não apenas pelo negação do espaço à competição igualitária do jogo político, mas pelo aparato cultural e legitimado que encontramos enraizado em nossa sociedade. Em nossa pesquisa essa legitimação atrelou-se a uma verdade universal, segundo Rosaldo (1994, p. 05) “uma verdade masculina, confinando as mulheres ao espaço privado e dando pelos poderes de participação masculina na esfera pública”, como afirma também Miguel (2001, p.263) “o pensamento que ainda impera é que a característica política é puramente uma característica masculina, não condizente com a essência feminina”, ele coloca a premissa da existência de uma essência feminina que naturalmente faz das mulheres, mulheres. Isso seria um entrave bizarro à participação no ceio político. [...] “jamais imaginei que veria uma mulher na Presidência da República, na verdade acho que nunca imaginei que seria Prefeita” (Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB).

Tendo em vista os grupamentos, sociais, políticos, culturais e/ou familiares nos quais as candidatas precedem, assim como as teias conjuntivas formadas para impulsionarem à vitória nos pleitos eleitorais, este pensamento é permeado pelo discurso de gênero, nos conduzindo a compreendermos a mulher no poder como uma ferramenta da dominação masculina, e constituindo uma relação de poder. Segundo Bourdieu (2005,p.09) essas relações de dominação estariam atreladas ao fator da construção de uma diferenciação biológico e social tendo como pondo de ebulição as distinções físicas, tornam-se legitimadas a partir do momento em que a aceitação deixa de ser uma opção e sim um princípio introjetado na sociedade.

Essa análise de participação feminina é pautada neste estigma de representatividade da vontade alheia, como se a mesma não estivesse dotada de vontade própria, um mero fantoche dos grupos por ela representados. “[...] a maioria das pessoas acha que faço o que meu marido me pede, como se não tivesse pulso para minhas próprias decisões, na verdade acabo sem ter tempo nem para escuta-lo”(Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB), inevitavelmente encontramos a óptica tradicional do controle masculino, aliados aos costumes reproduzidos e respaldados em nossa sociedade, “Hierarquias e desigualdades sociais são confirmadas e reproduzidas por meio de palavras e imagens que naturalizam comportamentos e pertencimentos” (MIGUEL, 2011, P.11), esta naturalização colocada por Miguel nos é bastante valiosa, pois, expõe a desigualdade com que as mulheres são obrigadas a competir no terreno da política, o que direta ou indiretamente torna-se uma barreira adicional para a aceitação do eleitorado, exigindo das mulheres envolvidas nas disputas políticas comportamentos sociais e morais mais rígidos, estas características estão presentes com mais ênfase nas pequenas cidades, onde as situações se apresentam com bastante contundência, “[...] muitas vezes mesmo estando cansada do trabalho da prefeitura tenho que atender as

peças que me procuram, sempre bem vestida e alegre, eles olham muito isso”(Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB)

Esta faceta da política brasileira ainda é uma constante em nossa realidade, não obstante a criação de leis de cotas que regulam o percentual de candidatas inseridas por partidos nos pleitos eleitorais, raramente chegando a serem preenchidas espontaneamente, “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”², doravante entenderemos que esse discurso com teor de controle social e político, torna-se com o passar do tempo um revés na manutenção do poder, as mulheres que retratadas como substrato social e reconhecidas como massa de manobra para grupos familiares ou políticos, se emancipam enquanto detentoras de cargos administrativos, e delegam cargos a outras mulheres, rompendo com o panorama esperado pelos grupamentos masculinizados.

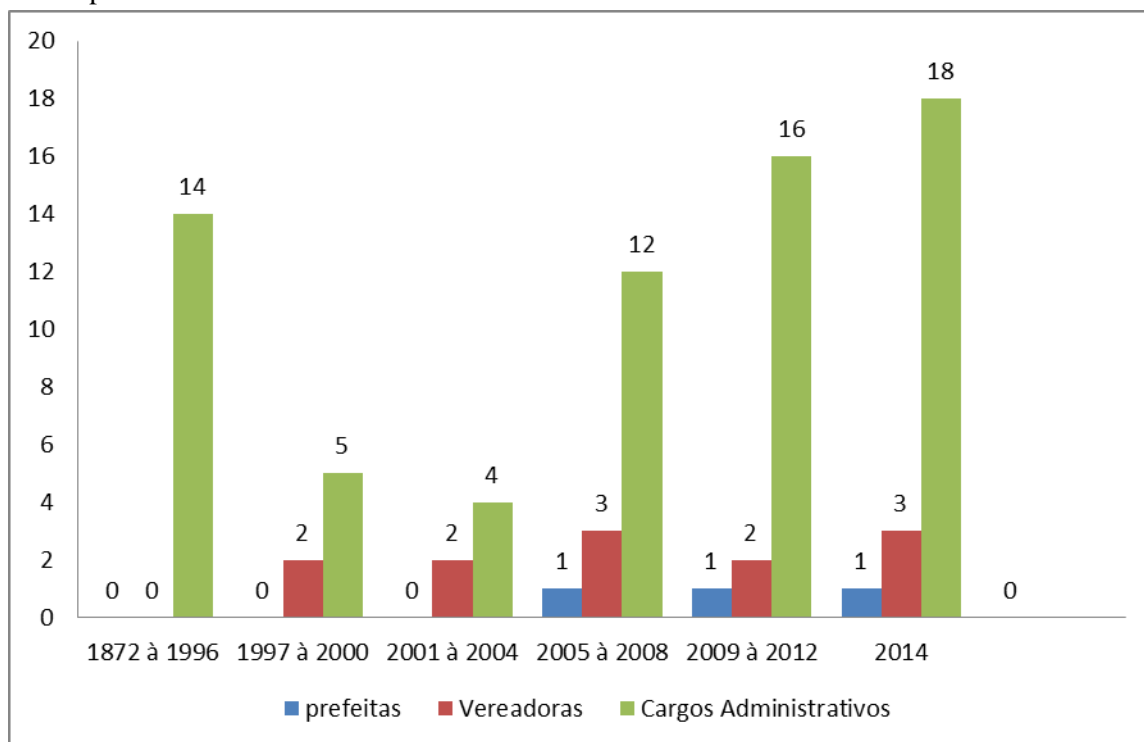
“Quando veio a oportunidade de me candidatar à prefeitura de Monteiro meu filho me disse que seria ótimo, meu marido me apoiou e falou que estava pronto para fazer o que fosse necessário, meu filho saiu do Rio para estar presente quando me procuraram para a candidatura, me perguntei muito se realmente era o que eu queria, eu sou delegada de polícia, já havia enfrentado muita coisa difícil, gosto do que faço, mas tive que pensar muito sobre minha decisão, acabei aceitando e isso mudou minha vida”.(Prefeita Ednacé Henrique, PSDB, Monteiro-PB)

Uma forma mais explícita de compreender o exposto é a analisar os municípios nos quais a participação feminina é diferenciado, mas ainda minimamente. Desde a sua origem em 1872 quando de sua emancipação o município de Monteiro teve totais 29 gestões, destas apenas 03 com participação feminina na gestão³, em seu corpo legislativo das 403 vagas oferecidas durante a existência do município até os dias de atuais apenas 12 cadeiras na câmara de vereadores foram ocupadas por mulheres, e é importante ressaltar que todas estão situadas nos últimos 20 anos, destas apenas 06 nos últimos 12 anos e atualmente 03 vereadoras participam do legislativo municipal. Podemos compreender um crescimento na participação feminina, mesmo que de forma mínima, exibe uma crescente na quantidade de representantes femininas.

² Direito Eleitoral. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011, p. 250.

³ Dados levantados nos arquivos municipais.

Gráfico 01. Proporção de participação feminina nos poderes executivo e legislativo no município de Monteiro-PB.



Os dados apresentados nos mostram um crescimento dos cargos de liderança dentro das instituições em demanda crescente, apenas no período de 2009 à 2014 houve um crescimento maior que nos últimos 100 anos de existência do município, lembrando que os dados são de fontes obtidas na pesquisa historiográfica, e alguns cargos não existiam no mesmo período, outros não estavam vinculados diretamente com o gestor, mas com outras lideranças regionais, isso os invalidou diminuindo assim a quantidade de espaços a serem preenchidos administrativamente.

Para o município de Zabelê, relativamente jovem, a contagem de participação feminina é bem distinta, tendo em vista as poucas gestões municipais, devemos ressaltar que no período de 20 anos, foram eleitas 08 representantes públicas para a câmara de vereadores e 01 Prefeita, a qual cumpre seu 2º mandato, quanto a participação na administração, das 10 secretarias 6 são dirigidas por mulheres.

Ao questionarmos uma das representantes do poder legislativo, ela nos mostra uma possível explicação para essa modesta e crescente participação das mulheres na câmara de vereadores, “meus votos são os votos das mulheres, mas também das pessoas que me conhecem, sabem que sempre ajudo todos que me pedem, muita gente me tem como uma irmã, elas [as mulheres] têm mais liberdade hoje”(Vereadora Cristiane Leal, PMDB, Monteiro-PB), essa visão sobre as candidatas é um resquício de nossa formação patriarcal, geralmente temos a óptica das mulheres de acordo com os exemplos de que temos em nossas casas, a mãe, a irmã, a filha ou a esposa, qualquer arquétipo que fuja desse padrão trona-se um abjeto perante os padrões esperados.

Quanto aos cargos comissionados, secretários, diretores e chefes de setor, analisamos um crescimento exponencial da participação da mulher nas gestões municipais, um fato nos chamou a atenção, este fenômeno é o empoderamento feminino, irradiado pelas gestões atuais, “elas [Diretoras de Departamento] não gostam de nada desarrumado, tudo tem que tá no seu lugar, elas fazem bem o trabalho mas fico com vergonha quando recebo reclamações, nem minha mãe era tão chata”. (João, funcionário público). Para Bourdieu (2005) “o dominado tende a adotar para si mesmo o ponto de vista do dominante”, observamos aqui algo interessante, um fator contraditório, já que a pesquisadora retrata as questões do domínio masculino. Quando de sua posição de poder, as mulheres exercem os mesmos atributos que os homens, e segundo os relatos dos entrevistados com mais profissionalismo.

“[...] ter mulheres à frente das secretarias me deixa tranquila, sei que elas são como eu, perfeccionistas, tratamos muito bem todas as pessoas que necessitam de nossa ajuda, mas não quer dizer que faremos coisas erradas, aí está a diferença, gostamos de fazer tudo corretamente”(Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB)

A preferência por mulheres em cargos comissionados é uma paralela um tanto que ressonante, principalmente com tanta frequência, no município de Zabelê-PB, das 12 secretarias 06 são comandadas por mulheres, o que em outros tempos ocorria apenas com a Secretaria de Educação e/ou Secretaria de Saúde.

Com efeito, no âmbito parlamentar, há indícios de que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ligados à área social do que aqueles vinculados diretamente ao controle do Estado, [...] se é uma opção ou, ao contrário, um efeito da falta de opção: as mulheres encontram nesses temas o único nicho disponível para elas no campo político.(MIGUEL *apud* DELPHY, 2011 p.80)

Esta definição de “onde” e “como” permeia a tradição das configurações quando a formação do trabalho administrativo, liga-se ao estigma de uma não competência atribuída de forma não legítima às mulheres, em Monteiro-PB as Secretarias de Serviços Rurais assim como a Secretaria de Serviços Urbanos, já foram ocupadas por mulheres, e quando das entrevistas dos funcionários temos depoimentos muito interessantes e esclarecedores:

“gostava de trabalhar com ela [Secretária de Serviços Rurais], ela entendia o trabalho, as vezes era um pouco bruta, mas conversávamos muito, ela sempre falava de como devemos ser educados, quando surgia um problema ela agia como homem, valente toda”.(Pedro D., Funcionário Público, Monteiro-PB)

Mesmo ela tomando claramente um posicionamento de empoderamento feminino, porém, ao mesmo tempo devemos observar que ela a coloca como “homem”, qualificando outra vez a noção de uma construção cultural mesmo que este indivíduo

detenha uma parcela do poder, e agindo como um igual, o outro prefere enxergá-lo como ser que não é, mas como ele esperava que fosse.

Acredito que o respeito às mulheres só pode existir se ela for forte, tomar medidas fortes, mas somos mães, esposas, tenho meu filho e tem dias que não o vejo, hoje me pergunto muito se vale a pena, acho que não me envolveria na política se tivesse como voltar atrás, não como candidata, não é simples trocar a casa pela estrada. (Prefeita Iris do Céu, DEM, Zabelê-PB)

Luis Miguel (2001, p.259) fala sobre esse processo de transformação feminina, não para um posicionamento diferenciado em relação à condição do poder, mas em observância as interações com relação à casa, família e imagem, estes ainda são conceitos fortes dentro do pensamento feminino, e tende a ser abolido no pensamento feminista, ele tange um abrandamento no caráter por conta de seu pensamento “maternal”, esta condição é largamente comentada nas entrevistas, os funcionários em sua maioria se referem as suas chefes como “uma mãe”, tanto no aspecto punitivo quanto afetivo, de se relacionar e compreender as vicissitudes do dia a dia em ligação com a vida dos funcionários, porém, a palavra competência surge com veemência quanto ao trabalho.

547

CONCLUSÃO

Após a análise preliminar dos dados e da pesquisa, podemos compreender que o crescimento da participação feminina do lastro administrativo é inegável nestes dois municípios, porém, ainda observamos os resquícios da tradição patriarcal que se sobressai em relação ao apoderamento feminino. Esta paralela infelizmente nos mostra o qual é poderoso os conceitos legitimados em sociedade, e a figura da mãe ainda é proeminente dentre aqueles mantem um contato com suas representantes, chefes e/ou companheiras de trabalho, para compreendermos melhor a situação é necessária uma pesquisa com maior amplitude territorial, com uma fundamentação nos arquivos históricos, tanto do passado recente quanto da fundação dos municípios, as análises aqui relacionadas e discutidas demonstram essa lacuna, a pesquisa em si pode trazer novas luzes ao discurso se moldadas dentro da realidade de nosso cotidiano, não só do aspecto feminino, mas de uma ótica de igualdade e participação política plena.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 09.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DIREITO ELEITORAL. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011, p. 250.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LUDDEN, David. **Orientalist Empericism: Transformations of Colonial Knowledge**. In: VEER, Peter; BRECKENRIDGE, Carol (Org.). Orientalism and the Postcolonial Predicament. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1993, p. 125.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.1, 2001, p. 259.

_____. Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 11.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política : uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 20.

ROSALDO, M. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: **Horizontes antropológicos: Gênero**. Porto Alegre: PPGAS, 1994, p. 05.